

EMANCIPAR A EDUCAÇÃO: ENTRE PARADOXOS E BRECHAS MICROPOLÍTICAS

EMANCIPATING EDUCATION: BETWEEN PARADOXES AND MICROPOLITICAL GAPS

LA EMANCIPACIÓN DE LA EDUCACIÓN: ENTRE PARADOJAS Y BRECHAS MICROPOLÍTICAS

 <https://doi.org/10.56238/arev8n3-106>

Data de submissão: 23/02/2026

Data de publicação: 23/03/2026

Juliana Varela Geraldo
Doutoranda em Educação
Instituição: UNIFESP – Guarulhos
E-mail: juliana.varela@ifsp.edu.br

RESUMO

Cartografando engrenagens de exclusão e normatização dos corpos e subjetividades, em alinhamento a conceitos foucaultianos e freirianos, constata-se as instituições como agentes de sustentação e replicação das políticas e sistemas disciplinadores. Sendo assim, pode-se pensar a escola como instituição de acolhimento e expansão, tanto quanto, de maquinização e doutrinação. Então, a partir da escuta ativa de professores, revisão bibliográfica e pesquisa de dados, este artigo busca traçar algumas análises sobre a educação e seus meandros, considerando que o ato de educar e seus atores são instrumentos analíticos do quanto a educação atua não apenas no desenvolvimento cognitivo, mas também nas formulações de modos de viver e se relacionar, o que também guarda potenciais e oportuniza o investimento em estratégias que humanizem as subjetivações com inventividade, arte e afetos, buscando fortalecê-las diante das vulnerabilidades sociais e culturais. Conclui pela aposta em intersecções com políticas públicas e na educação infantil como campo fértil a ser privilegiado no cultivo de raízes de resistências e transformações político-sociais.

Palavras-chave: Educação Infantil. Políticas Públicas. Subjetivação. Humanizar.

ABSTRACT

Mapping the mechanisms of exclusion and normalization of bodies and subjectivities, in alignment with Foucauldian and Freirean concepts, institutions are seen as agents of support and replication of disciplinary policies and systems. Therefore, the school can be considered an institution of welcoming and expansion, as well as of mechanization and indoctrination. Thus, based on active listening to teachers, bibliographic review, and data research, this article seeks to outline some analyses of education and its intricacies, considering that the act of educating and its actors are analytical instruments of how much education acts not only in cognitive development, but also in the formulation of ways of living and relating, which also holds potential and provides opportunities for investment in strategies that humanize subjectivations with inventiveness, art, and affection, seeking to strengthen them in the face of social and cultural vulnerabilities. It concludes by betting on intersections with public policies and on early childhood education as a fertile field to be privileged in cultivating roots of resistance and socio-political transformations.

Keywords: Early Childhood Education. Public Policies. Subjectivation. Humanization.

RESUMEN

Mapeando los mecanismos de exclusión y normalización de cuerpos y subjetividades, en consonancia con los conceptos foucaultianos y freireanos, las instituciones se conciben como agentes de apoyo y replicación de políticas y sistemas disciplinarios. Por lo tanto, la escuela puede considerarse una institución de acogida y expansión, así como de mecanización e adoctrinamiento. Así, a partir de la escucha activa de docentes, la revisión bibliográfica y la investigación de datos, este artículo busca esbozar algunos análisis de la educación y sus complejidades, considerando que el acto de educar y sus actores son instrumentos analíticos para comprender hasta qué punto la educación actúa no solo en el desarrollo cognitivo, sino también en la formulación de formas de vida y de relación, lo cual también ofrece potencial y oportunidades para invertir en estrategias que humanicen las subjetivaciones con inventiva, arte y afecto, buscando fortalecerlas frente a las vulnerabilidades sociales y culturales. Concluye apostando por las intersecciones con las políticas públicas y por la educación infantil como un terreno fértil que debe ser priorizado para cultivar raíces de resistencia y transformaciones sociopolíticas.

Palabras clave: Educación Infantil. Políticas Públicas. Subjetivación. Humanización.

1 INTRODUÇÃO

Na esfera do biopoder e do capitalismo neoliberal as instituições estão a serviço da manutenção de privilégios e de lógicas/práticas de produção de poderes, opressões e exclusões, e com a escola não é diferente, ela integra a engrenagem dos sistemas e estruturas que sustentam e retroalimentam as desigualdades e segregações. Atua como instrumento de modelação e doutrinação de corpos e mentes servis a uma política de consumo e conversão dos desejos em mercadorias, aproxima-se do cenário do chão de fábrica e os professores e equipe escolar são cada vez mais cobrados, culpabilizados e automatizados em números e plataformas que lhes roubam a autonomia e inventividade.

Vemos a educação recair num lugar de duplo vínculo, acolhendo um mundo de potências, podendo germiná-las como possibilidades de expansão de oportunidades e acessos, enquanto (re)produz normatização e engessamentos em práticas alicerçadas na repetição e reprodução de conteúdos e na disciplinarização. O foco em resultados, notas, referenciais em excelência e competição se exacerbam. Os professores são avaliados pelos resultados quantitativos dos alunos, são sobrecarregados e também são colocados como corpos-produtos maquinizados dessa engrenagem perversa.

Resta apostar no esperar freiriano¹, na busca por arquitetar uma educação humanizada e para estruturá-la nas práticas, metodologias, currículo e estratégias, antes de qualquer linha pedagógica ou teoria sobre infância e educação, pensá-la enquanto política pública que dialogue e busque responder às demandas sociais, atuando sobre seus campos de intersecção.

2 INSTITUIÇÃO ESCOLA

A escola no Brasil surge nos moldes de instituição de disciplinarização e docilização dos corpos e mentes, como instrumento de controle social, econômico e político, constituindo-se num complexo paradoxo e abarcando também inúmeras funções sociais, como de acolhimento e encaminhamento de situações de vulnerabilidade.

Em termos históricos, já na invasão das terras brasileiras essa instituição se formulou pelo Império e padres jesuítas por meio da catequização de povos originários e seguiu operando colonização restringindo o ensino e o desenvolvimento intelectual às elites. Destaca-se que houve

¹ “Não quero dizer, porém, que, porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim, convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita de água despoluída.” (FREIRE, 2003)

muita interferência da Igreja Católica nos processos de formação da escola e no desenvolvimento da ciência e pensamento racional.

Somente na década de 1920 com a intensificação da industrialização e urbanização das cidades, surge a Escola Nova e a defesa da laicidade, obrigatoriedade e gratuidade da escola, gerando, nos anos seguintes, reformas políticas educacionais, aumento do número de estudantes e interesse de intelectuais, constituindo um movimento de que a escola fosse um meio de promover respostas e apaziguamento às inquietações sociais de um pós guerra.

A escola então se constituiu num novo lugar para as crianças que eram trabalhadoras das indústrias, gerou um novo papel, o de estudantes, e não mais de trabalhadores, levando a diminuição da renda familiar e gerando um tempo de preparo e estudo para ingresso no mercado de trabalho. Vê-se uma relação bastante intrínseca entre trabalho e educação, e a escola modulando conteúdos e modelos de educação, num viés de preparar mão de obra para as fábricas, indústrias e empresas.

Quando a escola é forjada surge também uma nova noção de infância, num contexto de crescimento do capitalismo e da lógica de produção em série, que vai levar à escola um modelo de reprodução, repetição e fragmentação dos conhecimentos, tal qual o modelo operário, de divisão do trabalho, barateamento dos serviços, culpabilização e pressão sobre os operários.

Então, em termos de estrutura, vemos na escola um modelo o mais universalizado e padronizado possível - mesmo com toda a complexidade das diferenças nas experiências, saberes e emoções de alunos e professores -, com salas de aula lotadas de alunos e as crianças devendo obedecer a seus mestres, numa hierarquia bem estabelecida. Junto da lógica de repetição e reprodução de conteúdos e hierarquia das relações, cria-se a noção de competição, de quem faz melhor, de quem agrada mais, quem é mais rápido, quem corresponde melhor ao que a professora pede.

A avaliação vem numa direção só de verificação da qualidade de reprodução e repetição, não como instrumento dialógico e de aprendizado mútuo sobre os conteúdos, métodos e da relação. Ela avalia só ao aluno e não aos processos, métodos, ritmos e interações. Na escola se reitera todos os padrões de exclusão, de preconceito, com classificações e categorizações muito bem definidas e discriminatórias.

Acompanhando o desenvolvimento capitalístico neoliberal, observamos atualmente os professores muito mais claramente no papel de operários do que no século passado, no lugar de mestres *iluminados* de conhecimento, hoje se encontram, muitas vezes, com manuais e padrões rígidos a serem seguidos e modos de vigilâncias operando, tanto por meio de fiscalizações, quanto por meio de estratégias subjetivas de disciplinarização, incitando competitividade,

insuficiência/insegurança, autocobrança profissional e promovendo uma busca desenfreada por metas, por meio de ameaças e medos disseminados.

Portanto, a escola tem sido uma instituição de reprodução das mazelas sociais e econômicas e controles políticos, assim como a instituição idealizada como detentora do potencial de transformações sociais. A educação foi se constituindo como esse ideário de ser praticamente o único meio de transformar realidades e possibilitar anseios por mudanças sociais e econômicas, em nível individual e coletivo.

A educação se constitui como uma porta de entrada para um mundo de escolhas e liberdades, como uma redenção do sofrimento da luta por subsistência. Então, se o ditado diz que “*o trabalho dignifica o homem*” a educação o libertaria. Mas, atualmente, com o avanço tecnológico e das redes sociais, isso também vem mudando, e vemos muitos adolescentes e jovens numa relação sem muito sentido com a escola, porque existe um ideário de que o que vai possibilitar oportunidades de ascensão está em carreiras digitais (influencer, gamer) ou carreiras como jogador de futebol, modelo....atividades que trariam muito mais dinheiro e sucesso e com muito menos investimento de tempo e esforço do que seguir as etapas de estudos.

Interessante pensar, o quanto esses anseios idealizados, em face da subjetivação neoliberal de nossos tempos modernos, podem incorrer num certo aprisionamento de que a cada um de nós cabe e é factível realizar as transformações e revoluções necessárias – a lógica meritocrática e empreendedora, eximindo assim, a responsabilidade do Estado e de todo um conluio de interesses de empresas, indústrias, partidos políticos, milícias e máfias.

O neoliberalismo produz ainda mais sexismo, segregação social e racial, exacerba modelos de competitividade em detrimento da coletividade, reforça todo um aparato e estrutura hierárquica e segregacionista, incute às famílias e aos cidadãos a responsabilização pelos ‘fracassos’ e ‘erros’, ou, talvez, desvios de normas e padrões.

Para a instituição escola resta buscar amenizar as diversas hemorragias e vulnerabilidades sociais que invadem seu cotidiano, enquanto as reproduz e sustenta, em seu papel institucional e burocrático. Há um jogo perverso que vem se formulando em toda a história da escola em nosso território: de um lado há quem queira ouvir e aprender, receber atenção e cuidado e também há demandas por espaços de participação social e reivindicações da sociedade civil, por outro lado, a relação de mercantilização coloca essa sociedade cada vez mais como usuária e consumidora e com as autonomias limitadas.

A escola cumpre a função de formatar as subjetividades, achatar autonomias e doutrinar os corpos, a ela cabe formar mão de obra adaptada às necessidades da economia e do mercado de

trabalho, mas também a ela cabe, em seu dia a dia, acolher e cuidar das vulnerabilidades sociais-econômicas-políticas que atravessam as trajetórias de estudantes, auxiliares, professores e de todos que a integram, tudo desemboca na escola, onde os caminhos e histórias se cruzam, como numa encruzilhada.

E há sempre algo que pulsa a mais, nos desejos dos corpos maquinizados, nos espaços entre subjetividades que almejam algum aprendizado, algum movimento, alguma troca...há um campo fértil nos processos de educação porque há encontros e há humanos, e nessas intersecções de campos de aberturas residem e resistem os devires, matéria prima do possível, de microrevoluções.

O educar também pode abrir travessias, construir pontes, agregar em espaços-tempo diversidades e singularidades que em encontro produzem potências. Acredito no educar, enquanto ato-encontro, enquanto platô de experiências, que se direciona a emancipar os sujeitos e coletivos, rompendo com essas subjetivações capitalísticas-neoliberais que projetam e produzem seres majoritariamente faltosos, carentes de aprovação e pertencimento, violados e violentados, segregados, ansiosos e inseguros, desesperados, portanto, traumatizados e ressentidos, enfraquecidos, tornando-se consumidores vorazes e inquietos, muitas vezes até adictos.

3 RELATO SOBRE BULLYING

Certa vez, encontrei um adolescente, estudante que procurou orientação e acolhimento psicológico em sua instituição de ensino. Um garoto com aproximadamente 16 anos, com trejeitos de tímido, de uma sexualidade em construção e em dúvida, curiosa, e com receios dos preconceitos e prováveis interditos familiares e sociais. Ele me contou que em seu trajeto até o ensino médio já havia passado por bullying, xingamentos e *zoeiras* incontáveis vezes e por diversos colegas e que também já havia sido acolhido antes, que fora orientado em muitos espaços sobre isso, por familiares, membros da igreja e por diferentes profissionais das escolas por que passou. E que, no início, fazia sentido pensar que quem o estava maltratando, não estava bem, não estava feliz, que a pessoa estava querendo magoá-lo, chateá-lo, mas que o problema não estava nele. Mas, então, ele disse que depois de tantas e tantas vezes, tantas falas, ofensas, piadinhas, sorrisos tortos, olhares esguiados, gelados, maliciosos no julgamento, em tantas gradações, sutis a gritantes, que ele compreendeu que, por mais que você tente se convencer de que o problema não é com você, quando você ouve tantas vezes, de tantas pessoas diferentes, que há algo estranho e esquisito em você, mesmo quando não é dito, mas que te olhem como alguém estranho, te tratem com repulsa, aí com o passar do tempo fica difícil imaginar que não é uma verdade, que não tem algo de real nisso.

4 EQUIPE ESCOLAR

Quanto a quem dá vida à escola, junto aos estudantes: direções, professores, auxiliares, terceirizados e toda a equipe, compreendo que há um certo apelo pelo resgate de outros sentidos da educação e da partilha de conhecimentos, por uma libertação da escuta enquanto sentido e presença humana, vitalizada, uma valorização e legitimação de propósitos pessoais e das trajetórias profissionais que os levaram até o contexto escolar, reavivar as conexões com a escola e com o ensino.

Valorizar e desenvolver a escola, enquanto instituição e enquanto local de encontro – encruzilhada -, necessariamente deve passar por dignificar e enaltecer os atores e atos educacionais.

Quem dá sustentação à escola e aos alunos, muitas vezes até aos familiares e comunidades, por meio não só de práticas cotidianas, mas muitas vezes também de ações e projetos que transbordam os muros da escola, é a equipe escolar.

Agora, pensando mais no prisma dos professores, surgem muitas questões e ressonâncias de conversas com professores do ensino infantil e fundamental: Como os professores podem promover autonomia, emancipação e inclusão, se eles mesmos não têm o direito de serem autônomos? – o exemplo do Estado de SP é gritante, uma gestão tecnicista e autoritária, intimidadora, focada em resultados expressos em índices e, ainda por cima, determinando materiais e plataformas digitais padronizados como ferramentas de ensino.

Sob a constante pressão de julgamentos, com receio de punições e sendo rigidamente (des)qualificados por índices e avaliações que não dependem somente deles, sem espaços para reflexão, crítica e criatividade, assim persiste boa parte dos professores, excluída dos processos: corpo-máquina de execução.

Quando pensamos em representatividade, em como as crianças e adolescentes aprendem com os exemplos e interações, como pode ser possível promover uma representatividade positiva nas crianças, com senso de pertencimento e valor, se seus próprios professores enfrentam tantas barreiras para estarem ali junto delas, se estão sendo colocados em um lugar de certa marginalização social e cultural, muitas vezes lutando para permanecerem minimamente sãos, outras lutando para recuperarem a si e ao seu vigor.

Se a eles já é atribuído tanto a acolher, a filtrar e organizar, para além de tantas burocracias e formulários, o que resta a ofertar e trocar, o que sobra de humano para compartilhar? E como ainda lidar com um sistema que na verdade não é eficaz, em que muitos alunos não se desenvolvem em todos seus potenciais, não aprendem como poderiam e vão seguindo na esteira de graduação como numa esteira de produção de fábrica? Como transmitir conteúdos e informações à corpos e mentes já tão sobrecarregados e necessitados de cuidados e humanidade? Como acolher e lidar com os aspectos

dolorosos tanto subjetivos quanto objetivos advindos de uma sociedade colonizada e colonizadora, ‘fábrica de moer gente viva e sonhadora’, produtora de adoecimento mental e de tantas pobreza e violências? O que fazer primeiro: lutar para sobreviver ou buscar ‘desafogar’ aos estudantes? Quais são os limites da relação educador e educando?

Como educar quando os estudantes já não ofertam escuta e paciência para ouvir e nem tempo para vivenciar processos, quando os modelos e ferramentas são desmotivadores, quando parece que a fonte mais rápida e confiável é o site de buscas? Quais os espaços e funções para o educar são possíveis nessa nova era de ritmos e tecnologias tão avançadas, mas que afrouxam as conexões-presenças humanas?

Não podemos somente vangloriar a categoria docente, sabemos que há condutas duras e insensíveis, olhares e modos rígidos, às vezes até frios, além de preconceitos e ignorâncias sobre universos e realidades distintos das experiências pessoais ou da necessidade que alguns professores expressam em transmitir aos alunos os mesmos modos de pressão, opressão e cobrança extrema a que foram submetidos em seus percursos formativos.

Muitas vezes, nos anos trabalhando em instituições de ensino², acolhi e acompanhei enquanto psicóloga alunos devastados pela instituição e/ou por professor(es) e presenciei a própria estrutura educacional e práticas docentes causando sofrimentos intensos a alunos, em casos de assédio moral e/ou sexual, racismo, machismo, capacitismo e por aí vai...

Professores são pessoas, sujeitos subjetivados nessa cultura e sociedade, como todos, com suas experiências e atravessamentos, portanto, não se trata aqui de uma apologia santificada aos professores, tampouco uma demonização, mas da busca por análises de contextos e panoramas de dinâmicas que estão operando nas interações sociais e institucionais.

Acredito que as práticas preconceituosas e violentas advindas de professores também bebam das noções deturpadas de poder, como vaidade e soberania e talvez, mais que isso, digam de suas desconexões com suas potências, de tamanhas fragilidades e impotências diante os contextos e singularidades, diante a força que a diferença carrega e a que convoca, talvez seja reatividade, como saída protetiva da autoimagem e da psique primitiva, restando usar a casca mais dura como armadura, operando a máxima: *“a melhor defesa é o ataque.”*

De qualquer forma, os índices de adoecimento mental de professores estão em ascendência³ e os estereótipos e subjetivações atribuídos a essa categoria são muito densos, o educar é constituído

²Atuo desde 2010 como Técnica Administrativa em Educação – TAE, no cargo de psicóloga, em instituições federais de ensino (2010 a 2017 na UNIFESP; 2018 a 2021 no IFSC e desde 2022 no IFSP).

³(1) <https://agemt.pucsp.br/noticias/docentes-da-educacao-basica-sofrem-com-problemas-de-saude-mental>;

social e culturalmente muito próximo ao cuidar e até ao salvar. E aqui vale uma ressalva importante, educação e saúde são áreas de atuação majoritariamente de mulheres, se pensarmos na base desses processos, em quem atua na ponta, mais próximo à população, lidando com as emoções, traumas, violências, deficiências...e isso sem estrutura e preparo necessários, além das tantas feridas próprias para lidar e superar, estamos falando de um contexto de muitas sobrecargas e negligências.

Nas múltiplas jornadas e numa certa função de ‘agente duplo’ dos professores, reside, para mim, uma das maiores monstruosidades desse sistema neoliberal, que nos coloca oprimidos e opressores ao mesmo tempo, atores e passivos, ilusoriamente livres, enquanto permanecemos como no mito de Atlas, sustentando e fazendo girar as engrenagens de opressão e exclusão.

5 EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

Sendo assim, se torna imperativo pensar linhas de fuga, mas também estradas de enfrentamento, surgindo a aposta de que é preciso elaborarmos e reivindicarmos estruturas macropolíticas que, minimamente, desestabilizem sistemas de opressão e violências neoliberais, produzindo micro rachaduras e micropotências nos sistemas e resguardando os atores educacionais e os alunos de tantas formas e modos de negligências.

Integrar e imbricar políticas sociais e educacionais, estruturar o ensino, em todos os níveis e para além dos muros institucionais, como conjunto de estratégias, ações e projetos que intervenham nas questões sociais mais relevantes. Antes das discussões sobre linhas pedagógicas, humanizar a educação e seus encontros, potencializar seu caráter político e emancipatório.

Para tanto, compreendo que os enfrentamentos e intervenções necessárias vão muito além da escola, exige a produção de uma lógica de composição e conscientização sobre os engendramentos políticos que nos colocam em competição e ameaça constante, tanto individualmente quanto coletivamente, pois, nota-se que as lutas identitárias tendem a reproduzir a fome por devorar as diferenças, por isso, é imprescindível vitalizar a diversidade, promovendo ações de cuidado, escuta e entrecruzamento, propulsionando construções e resgates de outros aprendizados e culturas, disparando interconexões de modos e tempos: ancestrais, presentes e vindouros.

Nessa perspectiva, vem a aposta de que é na educação infantil que os maiores investimentos de mudanças devem ser lançados, estruturando uma política de humanização da educação, tal qual na saúde, - aliás, imbricando ações da educação e saúde -, e fortalecendo a educação infantil como a

(2)<https://revistacipaeincendio.com.br/estudos-apontam-aumento-de-afastamentos-por-saude-mental-em-professores/>;

(3) <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/11/17/estado-de-sp-tem-media-de-95-afastamentos-diarios-de-professores-por-saude-mental.ghtml>

porta de acesso da população, pensando programas e projetos, por exemplo, como incluir profissionais da psicologia e do serviço social com serviços de apoio às famílias, crianças e aos educadores e toda equipe escolar, mas não só para lidar com situações desafiadoras e de vulnerabilidades sociais, mas também, e antes de tudo, para acolher, cuidar, promover diálogos, pensar modos de representatividade e respeito da diversidade. Elaborar projetos de matriciamento e atenção básica e primária às famílias e aos educadores da educação infantil.

Um ponto importante nas lutas por educação e políticas públicas é a educação infantil como serviço integral, visto que grande parte das mães são trabalhadoras e acumulam serviços domésticos. Mesmo que a administração seja dos municípios precisa haver uma política amplamente estruturada e fundamentada como projeto federal para a sociedade brasileira, pensando e respeitando sua diversidade.

Parece bem claro, que se todo o investimento de projetos, profissionais, recursos e verbas que se destinam a buscar conter, contornar ou minimizar os resultados e resultantes das mazelas sociais e políticas que produzimos puder ser, gradativamente, direcionado à base, à novos estímulos e práticas que concorram com os vigentes estratificados, novos resultados podem ser criados. Abrir mais fluxos, buscar inundar os que já existem com potências e desvios.

Entendo que é necessário que os intelectuais, militantes e coletivos invadam os espaços atuais de formulação de políticas públicas – infelizmente, geralmente, ligados à politicagem partidária -, cobrando e sugerindo investimentos públicos, projetos e programas com o foco na educação infantil, reforçando a estrutura humanizada de acolhimento e acompanhamento da infância e depois replicando e mantendo nos outros níveis de educação, extrapolando para os cursinhos comunitários, programas de EJA e projetos sociais.

Enquanto negligenciamos a infância e naturalizamos as violências e preconceitos, as padronizações discriminatórias e excludentes, para depois buscarmos elaborar projetos para combater o que já foi sendo consolidado, estamos compactuando com o sistema estruturado para o adoecimento e aprisionamento das subjetividades desviantes. Com isso, é preciso transformar os modelos e estruturas sociais, começando pela educação infantil, desde a falta de vagas, as poucas creches nas periferias, os contratos duvidosos com instituições conveniadas.

Há muita inversão de valores e prioridades! Como sustentar uma educação pública técnica e universitária ‘de ponta’ e alto nível científico se não há garantia de creche integral e qualificada a toda a população? O sistema de exclusão, opressão e privilégios se solidifica aí, no ingresso à primeira instituição social, depois da família.

Garantir o acesso é o primeiro passo e aí precisamos pensar nas práticas inclusivas, que acolham os diferentes modos de agir e sentir, de apresentação de valores e costumes, de adaptação dos jogos, brincadeiras e metodologias, possibilitando a construção de zonas de estabilização de diferentes expressões culturais e sociais, legitimando expressões e linguagens destoantes do que está hegemonicamente consolidado.

Para além da discussão sobre pedagogias tradicionais ou inovadoras, é preciso observar o quanto essas pedagogias estão considerando o lugar da infância como se as crianças fossem *folhas em branco*, sem considerar a influência e a interferência de toda a construção cultural e social que as concebe e recebe, que as educa e que está desde a relação e interação com os pais, educadores, família e vizinhos. Considerar toda a influência da epigenética⁴ no campo emocional e físico das crianças. Se nós temos uma população adoecida, desconectada e com altos índices de depressão e ansiedade, não podemos ignorar que todo este adoecimento e ritmo capitalístico interfere nessas crianças desde a gestação.

A educação tem seguido a lógica da exploração social e sustentado o cansaço, o esgotamento, a exploração dos corpos e mentes e a exaustão como produtividade, negligenciando a lógica de relação e conexão consigo e com o outro, com o tempo e com os ciclos, com os seres e com os meios/espacos.

Então, uma educação que se pretenda emancipatória não deve considerar somente pedagogias e visões sobre a infância, precisa considerar também o meio social, cultural e econômico que está ao redor dessas crianças. Considerar as geografias e os contextos em que se insere, como, por exemplo, o fato de que a maioria de professoras e auxiliares, especialmente nas creches, educação infantil e no ensino fundamental 1, são mulheres, que já são vítimas de sobrecarga e de desigualdade, e, muitas vezes, também com histórico de violência doméstica e/ou violência sexual e/ou violência psicológica em suas casas e ambiente de trabalho.

Se mostra necessário também considerar a questão dos privilégios, e de como as experiências e estratégias não podem ser universais pois não vão alcançar e afetar das mesmas formas e intensidades, então é importante formularmos uma certa educação social, um certo letramento para a cidadania desde a infância, adaptando as linguagens e as estratégias a cada etapa e ciclo da vida, mas

⁴ A epigenética estuda a influência do estilo de vida e ambiente nas mudanças na expressão dos genes, ativando ou desativando-os, sem alterar a sequência do DNA, mas determinando como as células leem o código genético, sendo crucial para a saúde e podendo ser transmitida entre gerações. A epigenética comprova que a relação entre ambiente e organismo influencia diretamente a biologia e demonstra que não somos resultado somente da sequencial genética; sendo assim, podemos compreender que pensamentos e emoções produzem reações químicas e influenciam na produção de saúde ou adoecimento.

promovendo, desde a infância, a base para uma construção, não só como indivíduo, mas como cidadão desta sociedade.

Circular recursos e estratégias para que as crianças, desde cedo, possam lidar melhor com o que essa sociedade tem apresentado e proporcionado a elas, claro que adequando a uma linguagem lúdica, trazendo referências das artes, da filosofia, da contação de histórias e mitos...

Promover educação emocional, não só como aulas/espços que apresentam definição e nomeação de sentimentos, não seria uma alfabetização sobre emoções, mas letramento em afetos, construir uma apropriação e relação com os afetos, ainda que embrionários, sem exata forma ou nome. Estimular consciência corporal, percepção sobre sentidos e limites, estratégias artísticas e expressivas como dança e teatro, para possibilitar maior consciência corporal, antes mesmo de ensinar sobre anatomia e educação sexual, também para que as crianças possam perceber precocemente sinais e atos de assédios e violências sexuais, facilitando a proteção e pedido de ajuda, evitando que se concretizem ou perpetuem. Apresentar e construir junto, através de jogos e brincadeiras, noções de cuidado, de preservação, de consequência e de limites, de si e do outro.

Investir na prevenção do que nós temos visto como acometimento social, analisando os indicadores de saúde mental, de saúde pública e segurança pública para formular os projetos e desenvolver as ações. A prevenção da depressão e da ansiedade, por exemplo, também pode ser trabalhada a partir dessa consciência corporal e emocional, com incentivo as expressões e reformulações das vivências, formulação de modos de lidar e intervir no que incomoda, contando histórias, nomeando sentimentos, desenhando emoções, dançando afetos e encenando desfechos, trocando e refletindo em rodas, validando diferenças, rindo do ridículo como espontaneidade e diversão, como forma de expressão válida.

Trabalhar as representatividades sociais e os sentidos de pertencimento, a diversidade de modos e cores nas aparências e corpos, e assim, por meio de expressões e linguagens artísticas, espaços de fala e escuta, fortalecer as subjetividades frente a hostilidades e humilhações, fortalecer a coletividade e, quem sabe, assim, enfraquecer as bases de sofrimento e rejeição e diminuir as ocorrências de bullying e toda a escalada até os ataques às escolas.

Promover atividades como oficinas de horta, de permacultura, de reciclagem e de educação ambiental, com reaproveitamento de materiais, como na construção de instrumentos musicais, facilitando uma maior conscientização sobre nosso pertencimento ao ambiente, como seres-natureza, e sobre os efeitos da degradação ambiental à nossa própria preservação. Reacender e relembrar a conexão e correlação da vida humana em composição com o meio ambiente.

Pensar em programas de contraturno escolar, especialmente para as periferias e para as mães solo, para as famílias monoparentais, desenvolver programas de acolhimento não só para casos em acompanhamento da assistência social, relacionados à violências, mas para dar suporte a essa necessidade de rede e de amparo às crianças e adolescentes e suas famílias. É interessante que há toda uma discussão sobre os malefícios de pré-adolescentes e adolescentes passarem horas nas redes sociais e meio digitais sem supervisão, mas até mesmo na rede privada de ensino são raras as instituições que ofertam possibilidade de contraturno a maiores de 10 anos, como momento também de socialização e desenvolvimento de outras potencialidades. A adolescência é um momento de transformações do corpo e das relações, em que os movimentos de percepção identitários estão super vulneráveis e fragilizados, então mesmo que haja mais autonomia para subsistência, é um momento que carece também de estratégias de cuidados e de linguagens mais específicas.

Pensar estratégias coletivas de cuidado e de interface maior da escola com a comunidade e suas necessidades, como ampliação do número de creches e escolas e de seus horários de funcionamento, junto da redução da carga horária das mães ou principais cuidadores, para que seja viável também alinhar a carga horária da escola com a de trabalho dos cuidadores. Promover orientação e educação parental, espaços de trocas familiares e comunitárias.

Trabalhar com a equipe escolar e principalmente com os educadores, garantindo e privilegiando acesso a acompanhamentos em saúde e também formulando estratégias de organização e fortalecimento das práticas, com discussões, formações e espaços de encontros, não só como supervisão ou reuniões de equipe, mas de partilhas, perguntas, pesquisas, em caráter de troca humanizada.

Compreendo que é preciso caminhar na direção de transformar o que é analisador das relações atuais, no campo do cotidiano, em situações individuais e coletivas, buscando garantir direitos e promover equidade, investindo na produção de subjetividade, na produção da diferença e composição de semelhanças, estimulando o potencial criativo.

Partindo de análises do que temos produzido em termos de adoecimentos em saúde mental, em termos de relações de trabalho, como índices de afastamentos, taxa de desemprego e em termos de relações sociais, como índices de violências: violência doméstica, violência sexual, bullying, ou seja, a partir de mapeamentos e cartografias dos cenários e contextos sociais, dos modos de viver produzidos, formular, então, as práticas educacionais, os currículos e conteúdos, visando, também, criar condições e propor saídas ao que deve ser transformado e modificado.

Acredito que seja importante investir em macropolíticas e institucionalizações que deturpem a lógica vigente e desloquem o que está naturalizado, mesmo sabendo que, com o tempo serão

cooptadas e capturadas pelo modo neoliberal, mas que auxiliem ou forcem que algumas resistências e micropolíticas tenham espaço, que algumas brechas se tornem acessíveis.

Porém, o ato de criar é uma experiência limite, na qual o criador e a nova forma criada se constroem ao mesmo tempo, nos colocando na fronteira de nós mesmos, do nosso receio da loucura, do receio da vergonha, do linchamento moral, do se diferenciar e ser excluído, dessa forma, estamos diante do desafio de reinventarmos ações e de nos reinventarmos, atentos às roupagens, afetos e tecnologias utilizadas nessa arte sobre si, do quanto elas podem guardar de inovação e ‘*outramento*’, de fato, ou só mudarem de cor e brilho enquanto mantém campos de opressão e exclusão para permitirem zonas de pertencimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. L. A produção da escola pública contemporânea. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. Tradução: Eduardo Brandão; revisão da tradução: Claudia Berliner. Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. [audiolivro]. Narração de Ingo Ostrovsky. São Paulo: Audible, [s.d.].

FREIRE, P. Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREITAS, M. C. de, Diversidades culturais, deficiências e inclusão: a potência curricular da educação infantil In Dossiê: Educação Infantil e currículo(s): culturas, docência e formação em debate. Revista Debates em Educação. v. 13 n. 33. Alagoas, 2021.

hooks, B. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. [Teaching to Transgress]. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LAVAL, C. A Escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAZZARATO, M. Sujeição e servidão no capitalismo contemporâneo in Cadernos de Subjetividade, Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica – PUC/SP, 2010.

THERESA, A. Educação e produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado. São Paulo: Xamã, 2006.

ZALIS, M. Epigenética: A nossa herança invisível. 1ª ed. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2025.